

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA AMBIENTAL								
DOCENTE	BIANCA MEDEIROS								
CÓDIGO	GRDDIRELE296	SEMESTRE	2025.1	PERÍODO	6º/10º	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	50/60H

EMENTA	Estudo sobre as políticas ambientais brasileiras e sobre os processos de construção e consolidação do sistema de gestão ambiental nacional.								
OBJETIVOS	A disciplina objetiva discutir a evolução das políticas públicas ambientais brasileiras de forma a compreender: os principais atores que participaram da sua estruturação, o papel e o entrelaçamento das instituições estruturantes das políticas ambientais, as tensões presentes nas disputas sobre a agenda ambiental brasileira e o funcionamento dos principais instrumentos jurídicos e econômicos em matéria ambiental.								
METODOLOGIA	Aulas participativas com discussão de conceitos, contextos histórico-políticos e instrumentos jurídicos.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	x	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	x	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		x	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.						
	x	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
		Outras:							
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Apresentação do curso.								
2	Surgimento da agenda ambiental.								
3	Políticas Públicas: bases conceituais.								
4	Políticas Públicas: bases conceituais.								
5	Políticas Públicas e Meio Ambiente.								
6	Ecologia Política e discussões em torno da (in)justiça ambiental.								
7	O surgimento das políticas ambientais brasileiras: enfoque utilitarista e as responsabilidades dispersas (1930-1970).								
8	Pressões externas e a institucionalização da gestão ambiental no Brasil (anos 1970-1980).								
9	Os “grandes marcos”: A Política Nacional de Meio Ambiente e Constituição de 1988.								
10	A configuração do Sistema de Gestão Ambiental Brasileiro e o papel da Rio 92.								
11	Descentralização e governança nas políticas ambientais brasileiras.								
12	Neoliberalismo e as políticas ambientais brasileiras.								
13	O Sistema de Gestão Ambiental Brasileiro.								

14	Governança ambiental e instâncias colegiadas no Brasil.
15	Instrumentos ambientais brasileiros.
16	Licenciamento ambiental: interesses econômicos <i>versus</i> proteção da natureza.
17	Áreas protegidas, matas e florestas.
18	Águas doces: Brasil, um país azul?
19	Resíduos: uma pauta ainda em construção.
20	Agenda Climática.
21	Acidentes e desastres naturais: ferramentas e respostas.
22	Povos tradicionais e indígenas na agenda ambiental brasileira.
23	Injustiça ambiental e racismo ambiental nas políticas ambientais brasileiras.
24	Contradições e tensões presentes nas discussões da agenda ambiental brasileira.
25	Consolidação das iniciativas de flexibilização da agenda ambiental brasileira nos anos 2010.
26	O período de desmonte das políticas ambientais brasileiras.
27	Estratégias atuais em torno da agenda ambiental.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	<input checked="" type="checkbox"/> Regulação
	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>Critérios de avaliação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Relatoria de textos. 2. Prova. 3. Participação em aula: (a) participação nos debates em sala + (b) envio prévio de pergunta orientadora sobre os temas das aulas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BURSZTYN, Maria A.; BURSZTYN, Marcel. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond. 2012.</p> <p>LEFF, Enrique. Ecologia política: Da desconstrução do capital à territorialização da vida. São Paulo: Unicamp. 2021.</p> <p>MOURA, Adriana M. de (Org.). Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, território e desregulação no Brasil. Confluências, v. 5, p. 22-32, 2006.</p> <p>BARROS, Dalmo et al. Breve análise dos instrumentos da política de gestão ambiental brasileira. Política e Sociedade, v. 11, p. 155-179, nov./2012.</p> <p>FERREIRA, Marcus Bruno Malaquias et al. Política Ambiental Brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. Revista de Economia, v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016.</p> <p>GUSMÃO, Paulo Pereira de; PAVÃO, Bianca Borges Medeiros. (Des)Construção da Gestão Ambiental no Brasil: de Paulo Nogueira Neto (1973) a Ricardo Salles (2020). AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 2, nº 2, p. 218-277, 2020.</p> <p>PÁDUA, José Augusto (org.). Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, Espaço e Tempo, 1987.</p>